

REPUBLICA DEMOCRÁTICA



DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade Disciplina –Trabalho)

Ministério do Trabalho Solidariedade Família Formação Profissional
Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género

VII REUNIÃO DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA IGUALDADE DE GÉNERO DA CPLP

27 , 28 e 29 DE ABRIL 2022
LUANDA – R.P DE ANGOLA



masfamu.gov.ao
Ministério da Acção Social,
Família e Promoção da Mulher



Abril, 2022





LEMA: "EMPODERAR A MULHER PARA A EQUIDADE DE GÉNERO –
RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"





SUMÁRIO EXECUTIVO

1

• INTRODUÇÃO

2

• ENQUADRAMENTO

3

• CONTEXTO NACIONAL

4

• CONCLUSÃO

5

• RECOMENDAÇÕES

6

• PERSPECTIVA



ENQUADRAMENTO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe “e ratificou o conjunto de documentos de orientação estratégica, tem vindo a desenvolver diversas actividades na temática da igualdade de género através de: Adopção de legislações, Políticas, programas e Medidas, visando mitigar as disparidades de género e promover o empoderamento das mulheres e raparigas em todos os domínios identificados como prioritários.

Para que a igualdade de género seja efetiva, é necessário adoptar medidas (acções positivas) transversais que compensem as desvantagens históricas e sociais que marginalizam as mulheres, pelo que equidade de género significa à igualdade de oportunidades para as mulheres e os homens de participar na esfera política, económica, social, cultural e ambiental do país, especialmente no exercício do poder, no acesso ao recurso e na partilha das responsabilidades a todos os níveis .



CONTEXTO NACIONAL

A participação activa de mulheres e homens no processo de construção nacional constitui um indicador de grande importância para o desenvolvimento sustentável assente na justiça social, na igualdade e equidade de género e na potencialização do capital humano.

Todas as intervenções para reduzir a pobreza, promover o crescimento económico, construir e consolidar um modelo de governação que respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável só é realizável se se levar em conta as questões de igualdade e equidade nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres .



Situação de género a nível nacional

Domínio socio- demográfico	♀	♂	Diferença favorável às mulheres	Diferença favorável aos homens
População total: 188.088 (RGPH2012)	50,3%	49,7%	0,7 %	
Projecção 2021 : 214.610	50,4%	49,6%		
Chefes de agregado familiar	41,2%	58,8%		17.6%



Situação de género a nível nacional

Domínio socio - económico	Mulheres ♀	Homens ♂
Incidência global da pobreza: 66,2%		
Incidência da pobreza por chefe de agregado	71,3%	63,4%
Incidência da extrema pobreza: 12 %	13,4%	11,2%
População activa empregada : 31,8%	36,1%	27,7%
População activa ocupada	33,8%	59,8%
População activa não ocupada: 13,6%	19,7%	9,3%



Legislação e Políticas

O Governo de São Tomé e Príncipe procedeu a Revisão de um conjunto de diplomas que visa acautelar os direitos das Mulheres e meninas inovações ao nível da Legislação Nacional que visa a promoção dos direitos das mulheres e a justiça social.

- Foi elaborada a Proposta de Lei de paridade e submetida a Assembleia Nacional
- Lei da Comissão eleitoral Nacional (prevê na lista eleitoral a intercalação de candidatos femininos e masculino-método zebra).
- Estratégia Nacional Para Promoção Da Igualdade e Equidade de Género (III ENIEG – 2019/2026)
- Estratégia Participativa da Água e Saneamento 2030- 2040
- Estratégia Nacional de Inclusão Financeira da Mulher



Liderança e Visibilidade: Participação das Mulheres nos cargos de decisão

ACESSO	Homens	CONTROLO/DECISÃO	%
Membros do Governo : 12	75 %	Embaixadores : 5	50 %
Membros do Parlamento: 55	76,4 %	Presidentes de sindicatos :2	100 %
M. do Tribunal Constitucional: 5	80 %	Pres. de Câmaras distritais: 7	100 %
M. do Tribunal Supremo: 5	80 %	Pres. do Supr. Tribunal de Justiça: 1	100 %
Juízes de 1ª Instancia: 9	56 %	Pres.do Tribunal Constitucional: 1	100 %
Ministério Público: 11	46 %	Presidência do Governo : 1	100 %
		Presidência do Parlamento : 1	100 %
		Pres. do Tribunal de Contas : 1	100 %
		Governador do Banco Central : 1	100 %

- Realização de Advocacia e Sensibilização para adopção da Lei de Paridade (60/40)
- Elaboração de caderno para integração de Orçamentação Sensível ao Género.
- Criação de marcadores de género.
- Advocacia Junto aos decisores (local, Regional e Central) para integração da perspectiva de género no OGE



Educação e Formação

- Introdução da disciplina do empreendedorismo nas escolas visando a criação de auto emprego.
- Formação das beneficiarias do Programa família Vulnerável - Apoio a Criação do Próprio Emprego (ACPE).
- Melhoria de condições de higiene nas escolas sobretudo nas casas de banho de forma a aumentar a permanência das meninas nas escolas.



Economia: Recursos Produtivos, Reprodutivo e Emprego

Domínio Socio - Economico	Total	♀	♂	Dif. favorável às mulheres	Dif. favorável aos homens
Taxa de actividade	8,7%	32,9 %	44,6%		11,7%
Taxa de emprego	31,8%	24,6%	39,1%		14,5%
Taxa de desemprego	31,8%	25,3 %	12,3 %	13%	
Acesso à terra		33%	67%		34%

Implementação do Projecto MPTF que visa ***“Garantir o acesso das famílias mais vulneráveis aos alimentos, suas infra-estruturas de conservação e melhores condições de trabalho durante a pandemia do COVID-19”***, para mitigar o impacto socioeconómico da COVID-19 no país, particularmente nos grupos mais vulneráveis, como mulheres e crianças,

O Projecto de Apoio á Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição – COMPRAN que pretende beneficiar cerca de 8.700 famílias rurais, correspondentes a 34.800 pessoas, sendo 40% de mulheres e 50% de jovens. O grupo-alvo engloba os pequenos agricultores membros ou não de organizações de produtores, jovens promotores de iniciativas empresariais, famílias e pessoas afectadas pela desnutrição e pessoas portadoras de deficiência. A estratégia de segmentação é destinada a ser inclusiva e de apoio ao empoderamento das mulheres.



Economia: Recursos Produtivos, Reprodutivo e Emprego

Projecto de Protecção Social e Desenvolvimento de Habilidades:

Componente: 2 Apoio a Implementação do programa de transferência de renda condicional as famílias

DISTRITO	Programa PRES (Programa de Emergência Socio económica)		Programa Família Vulnerável	
	F	M	M	F
Água Grande	3705	877	20	984
Mé- Zóchi	2972	869	7	355
Cantagalo	1278	212	3	191
Lobata	990	271	10	269
Lembá	480	287	0	320
Caué	1278	212	6	111
RAP	366	92	2	148
Subtotal	11.069	2820	48	2.378
Total por programa	13.889		2.426	
Total geral	16.315			

Programa de Apoio as Famílias Vulneráveis com cobertura Nacional atende 2.426 Famílias sendo 2.378 chefiadas por mulheres e 48 chefiadas por homens.

Programa de Apoio Emergencial no quadro do COVID19 que abrange 13.889 famílias, sendo 11,069 chefiadas por mulheres e 2.820 chefiadas por homens.

Apoia 13.447 mulheres chefes de famílias

Apoia 2.868 homens chefes de famílias

Considerando que o país tem cerca de 25.000 famílias, o projecto cobre mais da metade das famílias santomenses.



Saúde Sexual e Reprodutiva e os Direitos Reprodutivos

- Alargamento a nível nacional da Campanha de vacinação contra o Vírus do Papiloma Humano “HPV” para as meninas de 10 a 13 anos .
- Capacitação dos jovens, rapazes e raparigas sobre competência para vida em saúde sexual reprodutiva
- Reativação dos Centros de Escuta Jovens nas escolas secundárias a nível do país

Constrangimento

Aumento de Gravidez na Adolescência (Mics 2019)



Violência Baseada no Género

- Criação de linha verde para apoio psicológico as vítimas de violência e violência doméstica e de COVID 19.

Constrangimentos:

- Aumento em mais de 65% nos casos de violência doméstica
- Aumento em mais de 100% nos casos Abuso sexual e acto sexual com menores



Meios de Comunicação Social e Tecnologias de Informação

- Criação de programas radiofónicos e televisivos “ Voz da Mulher”
- Para enaltecer e debater questões de género.
- Formação para uso das redes sociais para meninas e mulheres empresárias.
- Alargamento de pontos cibernéticos de banda larga para facilitar o acesso a Redes Sociais



Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

- O Projecto GCP/STP/02/GEF, intitulado “Restauração da Paisagem para a Funcionalidade do Ecossistema e Mitigação das Mudanças Climáticas na República de São Tomé e Príncipe”
- Criação de Comité de Chafarizes ao nível comunitário geridos por mulheres



Reforço Institucional para a Integração de Género nas Políticas Públicas

- Criação de um Gabinete de Apoio Jurídico para as populações com menor poder económico de forma a aceder a justiça,
- Reforço dos gabinetes distritais e regional dos comandos de policia de atendimento às vitimas de VBG



CONCLUSÃO

A urgência de se combater a desigualdade de género e todas as formas de violência contra as mulheres, porquanto afecta o sector macroeconómico e reduz a actividade socio-económica das mulheres.

- Necessidade de incentivar o uso de tecnologias aplicadas à poupança tradicional,
- como os grupos de poupança,
- A aposta dos decisores políticos e do empresariado local na implementação
- da tecnologia no sector da Agricultura.
- A necessidade de criação de planos de assistência remunerada, e de legislação nesta matéria.
- Necessidade do reforço implementações das ações positivas para a mitigação das desigualdades existentes entre os homens e as mulheres e proporcionar e aumentar maior visibilidade das mulheres.



RECOMENDAÇÕES

- Engajamento do governo e do sector privado na promoção da inclusão financeira da mulher;
- Estabelecer parceria para mobilização de recursos materiais e financeiros para empoderamento económico da mulher;
- Adotar políticas e medidas para mitigar o Êxodo Rural;
- Adopção da Orçamentação sensível ao género;
- Apropriação da tecnologia e seu uso para facilitar o acesso a banca e desenvolvimento de actividade produtiva;
- Estabelecimento de metas nacional de desenvolvimento;
- Produção de dados estatísticos desagregados por sexo da participação no empresariado nacional e no sector informal.



RECOMENDAÇÕES

- Que se desenvolvam produtos financeiros que vão ao encontro das necessidades das cidadãs, promovendo a melhoria das condições de vida das pessoas;
- A necessidade de se desafiar as instituições financeiras a desenhar produtos específicos para as mulheres, que tipicamente procuram serviços de proximidade e que promovam uma melhor comodidade;
- A importância da criação de seguros para pessoas que estão no mercado informal, com a introdução de planos específicos acompanhados de um programa de incentivo à inclusão financeira;
- Fortalecimento das estruturas e ou mecanismo de combate VBG



PERPECTIVAS

- ✓ Adotar e implementar legislações de discriminação positiva.
- ✓ Melhorar o acesso ao crédito e apostar em programas que permite a integração da mulher na vida produtiva.
- ✓ Melhorar a participação da mulher a nível de tomada de decisão.
- ✓ Apostar no empreendedorismo feminino como alternativa de criação de autoemprego.
- ✓ Combater todas as formas da VBG e reduzir a taxa da gravidez na adolescência.
- ✓ Alargar o parque de estrutura de apoio social (creches, jardins, etc.) às mulheres.
- ✓ Apostar fortemente na mitigação das mudanças climáticas como elemento que contribui negativamente para o aumento da pobreza no seio das mulheres.

